

Conselho regulamenta regras para instalação de publicidade

A partir de agora, estão proibidos outdoors, por exemplo, na Esplanada

LUÍSA MEDEIROS

A regulamentação do Plano Diretor de Publicidade (Lei 3.035/02), enfim, foi aprovada na manhã de ontem, por unanimidade, durante a primeira reunião deste ano do Conselho Gestor da Área de Preservação de Brasília (Conpresb). Após quatro anos de discussão, a instala-

ção de engenhos publicitários na área tombada, no Lago Sul e no Lago Norte será normatizada. Ou seja, os empresários do setor terão que se adequar aos critérios estabelecidos pelo Executivo, que a partir de agora poderá exercer poder de polícia em algumas situações.

Entre elas, retirar outdoors e frontlights irregulares. Os empresários têm até 26 de

março para regularizar, nas administrações regionais, a situação dos equipamentos passíveis de fixação. O prazo está previsto na Lei 3035. Para isso, é preciso levar em conta a localização, o tipo de engenho utilizado e o procedimento de autorização. Existem, entretanto, equipamentos publicitários que não poderão ficar de jeito nenhum.

É o caso daqueles instalados na Zona Cívica-Administrativa de Brasília – que compreende o Eixo Monumental, os Eixinhos, a Praça dos Três Poderes, o Teatro Nacional, entre outros. A regulamentação abre brecha para a fixação de equipamentos em áreas públicas, apenas no caso de eventos autorizados pelos órgãos competentes.



Governo não poderá instalar mais publicidade nos ministérios

Painéis terão de ser retirados

Nos lotes residenciais, na orla do lago Paranoá e nas fachadas dos prédios da Esplanada dos Ministérios também será proibida a instalação de outdoors e frontlights. O último local de proibição foi sugerido ontem pelo secretário de Cultura, Pedro Bório.

Com a regulamentação do Plano Diretor de Publicidade, os empresários poderão instalar engenhos publicitários nas vias administradas pelo Departamento Estrada e Rodagem (DER) e em lotes comerciais, com ou sem edificações, mesmo estando no Plano Piloto. Porém, os equipamentos só serão licenciados se forem cumpridas as normas previstas, como por exemplo, não ultrapassar a altura da edificação.

A expectativa é que cerca de 500 equipamentos irregulares sejam retirados de imediato em Brasília, Cruzeiro, Candagolândia, Lago Sul e Lago Norte, afirma Juliano Costa Couto, advogado do Sindicato das Empresas de Mídia Exterior (Sepex). Atualmente, apenas 20% dos engenhos fixados estão regulares. Ele disse que as 30 empresas que representa irão aceitar as novas regras.

"O aprovado dos males é o menor. Não brigaremos para manter o que tem hoje porque está uma desordem", revela o advogado. Juliano ressaltou, ainda, que haverá uma queda de 30% a 40% no faturamento das empresas, que anualmente recolhem R\$ 6 milhões em impostos, segundo ele.

NOTIFICAÇÕES – Para o secretário da Coordenação das Administrações Regionais (Sucar) e relator da proposta no Conpresb, Vatanábio Brandão, não adianta mesmo brigar pela permanência dos equipamentos irregulares. Ele ressaltou que, a partir da publicação do decreto de regulamentação, as empresas do setor serão notificadas, para até em 30 dias apresentar as adaptações exigidas. Caso contrário, os frontlights e outdoors serão removidos.

"Vamos dar início à operação de retirada. Temos um levantamento prévio da situação e antes de concluí-lo estaremos nas ruas", garante. O prazo para adequação à nova lei é de três anos. A partir do dia 26 de março este prazo expira, conforme uma análise feita pela Procuradoria-Geral do DF.

Mesmo regulamentado, as discussões sobre o Plano Diretor de Publicidade não serão encerradas. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) elaborou, há mais de um ano, um projeto de lei que restringe mais ainda as normas para instalação dos engenhos publicitários. Hoje o distanciamento aprovado entre os equipamentos é de 100 metros. A proposta prevê uma distância mínima de 250 metros.